

- REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA -

Aos dezoito dias do mês de novembro de 2020, nas instalações do Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sita na Rua da Bandeira, União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, teve início pelas dezassete horas e trinta e sete minutos, uma Reunião Ordinária Pública do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa estando presentes os seguintes senhores vereadores: Sara Isabel Lopes Heitor, Sara Isabel da Conceição Ferreira, Rui Miguel Santos Braga, Paulo André Raposo de Assunção Fernandes, Pedro Miguel da Cunha Estrela, Rui Pedro Gaspar Lopo, Cristiano Alfredo de Almeida Castanheira e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

O vereador **João António da Silva Pintassilgo** foi substituído pela vereadora **Sara Isabel Lopes Heitor**.

As vereadoras **Sofia Amaro Martins e Sónia Isabel Oliveira Lobo**, por motivos profissionais foram substituídos pelos vereadores **Pedro Miguel da Cunha Estrela e Cristiano Alfredo de Almeida Castanheira**.

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como "**Anexo A**".

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

Nos termos do disposto no art.º 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro foi iniciado o período antes da ordem do dia, onde se apresentaram e debateram assuntos de interesse geral da autarquia.

O **Presidente Frederico Rosa** iniciou a sua intervenção, consensualizando entre todos, para apontar o término da reunião para as 10H30. Fazer o apelo a todos e a mim próprio para sermos concisos naquilo que vamos apresentar, e obviamente não discutir as propostas à pressa. Se houver necessidade passamos para a próxima reunião esses pontos. Apelava para fazer as inscrições 15 a 20 minutos antes de terminarmos.

Em relação à questão do concelho no que diz respeito ao Covid, a Delegada de Saúde não me deu os números de hoje, porque existia um problema informático, mas vou dar os números de há três dias com que fechamos a semana porque são relevantes. Estamos com cerca de 160 casos ativos. Tivemos um surto num lar ilegal no nosso concelho, o qual foi acompanhado pela

Delegada de Saúde, pela Segurança Social e pelos nossos Serviços de Proteção Civil. Este surto contribuiu para este número com cerca de 21, 22 casos entre os utentes e profissionais. Não verificamos mais nenhum surto. Isto são situações muito voláteis, não quero dizer que amanhã as coisas não possam mudar.

Deixar também uma nota que as coisas correram relativamente bem com o fecho antecipado para as 13 horas durante o fim de semana para os supermercados, quer para o mercado de Coina sendo acompanhado pelas forças policiais e pelos nossos serviços de proteção civil com as regras implementadas.

Fica também o meu comprometimento com os Srs. deputados que quando a Srª Delegada de Saúde me fornecer os dados atualizados farei circular os mesmos pelos Srs. deputados.

O **Vereador Rui Braga** iniciou a sua intervenção informando que a Escola 3 e Esquadra, já temos o visto do Tribunal de Contas, que é uma boa notícia. A Escola 3 começou hoje os trabalhos de preparação e desmatação do terreno porque para a semana que vem entrar em obra.

Também dar nota que estamos a terminar hoje o corredor ambiental com a colocação de mobiliário urbano, e a pintura do asfalto. Entre hoje e amanhã a obra é entregue. Falta ainda o Visto do Tribunal de Contas da intervenção na Avenida da Liberdade, já respondemos às questões colocadas pelo Tribunal de Contas.

O **Vereador Pedro Estrela** iniciou a sua intervenção colocando uma questão que tem a ver com os acontecimentos recentes no Nicola, em função das últimas chuvadas. Perceber qual foi a avaliação feita por parte dos Serviços da Câmara e quais são as perspetivas em função da resolução daquela situação, que teve uma consequência mais grave nestes últimos dias.

Uma questão paralela mas associada a este tema, que é sobre o processo de transferência para o Lidl, qual é o ponto de situação, porque em Março de 2018 havia a perspetiva que a transferência fosse feita no primeiro trimestre de 2019 e estamos quase no fim de 2020. É importante termos notícia do que, entretanto, ocorreu e perceber se foi pensado ou não o espaço, sobretudo em função daquilo que estamos a viver este ano e de algumas recomendações de espaço, da partilha do espaço por parte dos trabalhadores. Na altura, levantamos a preocupação de que o espaço poderia ser pequeno ou não conseguir albergar todos os trabalhadores ou todos os serviços que lá existiam, e havia uma capacidade de alargamento desses serviços que nos parecia algo condicionado. Perceber se em função destes desenvolvimentos recentes, se tem estado a ser feito ou não uma avaliação das perspetivas de futuro dos Serviços Operacionais.

O **Vereador Bruno Vitorino** iniciou a sua intervenção “O Vereador Bruno Vitorino iniciou a sua intervenção dando os seus sentimentos, os seus votos de pesar à D. Fernanda Ventura, reforçando que começam a ter rosto e rostos conhecidos de todos nós. Isto para que se perceba

com a morte do Sr. Armando Ventura que o problema é bem real, que afeta todos e que também existe no nosso concelho. Endereçou as suas sentidas condolências à família do Sr. Armando Ventura que faleceu esta semana vítima de COVID.

Referiu que, agora mais que nunca, se deveria colocar o enfoco no combate aos negacionistas, dado que há um conjunto de pessoas que foram afetadas, no combate a quem se nega apesar de quem trabalha nos hospitais, nos cuidados intensivos perceber que o problema se está a agravar e também acontece no nosso concelho.

O Vereador disse que quis começar com este tema, e que se terá que fazer ainda mais no que diz respeito a formação e informação, é necessário ser mais transparentes para que as pessoas percebam o que se está realmente a passar. O Vereador considera que o Barreiro não tem feito aquilo que lhe compete em termos de transparência e de informação.

Deu os seus sentimentos a todos aqueles que viram familiares e amigos desaparecer, e uma palavra de força aqueles que têm familiares e amigos internados ou em casa com o COVID.”

“Referiu que durante meses falou da necessidade da Câmara se preparar para uma segunda vaga, nomeadamente em agosto. Questionou qual o Plano Interno Externo, os apoios às Instituições, aos Bombeiros, qual a nossa ação enquanto Câmara, o que temos disponível, o que se vai fazer, quais são a prioridades? O Vereador referiu que falou da necessidade de haver uma reunião com os técnicos, de modo que se pudesse aprender com o que aconteceu, para que se pudesse fazer melhor desta vez e que todos, como responsáveis políticos pudessem dar um pouco melhor da sua informação, da sua formação, do seu conhecimento e preparar para isso. Falou muito da necessidade e da preocupação com as famílias, deixar para lá uma obra de um milhão ou dois e acudir empresas, instituições, clubes, coletividades, repensar a Câmara, tentar reinventar-se uma vez que o momento é crítico, do ponto de vista do problema de saúde pública e do ponto de vista das consequências económicas e sociais que se avizinham. O Vereador considerou que é necessário estar preparado para o pior.”

O Vereador referiu que disse o mesmo em relação ao Governo e à Câmara, que era necessário preparar no Verão para o Inverno. A prova é o que se está a viver neste momento e que não estava enganado na altura. Prova também que a Câmara não se preparou para nada destas coisas que aqui vêm. Declarou que não diria mais nada, depois das declarações do Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro relativa à restauração, considerou que está tudo dito, está tudo espelhado perante a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em que perante a crítica de um empresário da restauração a resposta foi “Ó Sr. cale-se, tenha lá vergonha, o Sr. até recebeu um empréstimo do Estado, nós que mandamos no Estado até lhe emprestamos dinheiro e o Sr. está a criticar-nos.

Declarou que se sentia envergonhado enquanto eleito no concelho do Barreiro com este tipo de afirmação. Considerou que revelou uma forma de pensar muito grave, que é a de quem tem a visão totalitária de como o Estado deve gerir, ou seja, se se der um empréstimo aquele Sr. e agora ouvimos desaforos e estes desabafos do proprietário do restaurante que o Governo ajudou?

O Vereador mencionou que recebeu mensagens de empresários do Barreiro em desespero completo e não acredita que os Srs. Vereadores não tenham recebido também. Apelou a que se pensasse numa série de coisas que se possa fazer pelas pessoas, antes que as pessoas fechem as portas. Existem restaurantes de referência que já estão fechados, que já não abrem e no nosso concelho existem restaurantes, cafés, esteticistas, cabeleireiros e ninguém quer saber.

“Referiu que o Barreiro poderia fazer como faz o concelho de Palmela, mostrando gráficos em suporte papel e relatando a situação, ou como o concelho de Setúbal, mostrando gráficos em suporte papel e relatando a situação, ou como faz Mafra, esta por freguesia. Questionou o porquê disto não ser feito? Disse que a transparência ajuda e reforça aquilo que é o nosso sentimento e a nossa forma de defender enquanto cidadãos.

O Vereador reforçou que não passa o atestado de menoridade a todos os cidadãos, cada um saberá como gerir a informação. Se existir uma lógica do apanhado por freguesia provavelmente começará a perceber-se que o problema é real e está ao pé de nós. Provavelmente as pessoas começarão a ter outro tipo de comportamento em relação a estas mesmas matérias. Questionou porque não se faz isto se uma série de outros municípios o fazem?

Referiu, ainda, que não tem nenhuma razão para duvidar dos números que o Sr. Presidente traz a sessão de Câmara, disse que não acredita é nos números e não na sua palavra. Se existem 300 casos em Palmela, 800 casos ativos no concelho de Setúbal, se os dados da DGS em relação ao concelho do Barreiro no fim de semana anterior era de 290 em relação à média dos últimos 14 dias e se a tendência era de aumentar de forma galopante como no resto do país, não acredita minimamente que isso diminua. Disse que os números não fazem o mínimo sentido, que alguma coisa está mal quando alguém dá uma informação errada ao Presidente da Câmara, diria mesmo errada ou bastante atrasada e quer uma coisa, quer outra é grave, uma mais que outra.

“Relativamente ao Balcão Único Móvel, o Vereador disse não compreender como é que se gasta 170 a 180 mil euros numa carrinha para ir fazer atendimento de proximidade e depois no Mercado 1.º de Maio, onde se gastou umas dezenas de milhares de euros, o Balcão Único fechado. O Vereador afirmou que não consegue compreender, sabendo que uma inauguração dá fotografias e vídeos e o encerramento não dá. Afirmou ainda não conseguir compreender como se manda uma população idosa do centro do Barreiro para a Avenida do Bocage e depois existe o

atendimento de proximidade na Penalva, em Santo António e Coina. Não consegue entender qual a racionalidade de manter um local fechado e outro aberto.

O Vereador Bruno Vitorino falou depois acerca da Escola Básica da Vila Chã, afirmando que viu imagens na internet que o deixaram chocado, ver chuva dentro da escola, água a escorrer pelas paredes no refeitório, nas salas de aula e a destruir o equipamento, quando existem constantes anúncios que se investem em escolas. Referiu que visitou a escola, afirmando que já está em obra, mencionando que a reação foi rápida, já a ação não o foi. Referiu ainda que se se trata de um problema que está identificado há muito, então teria de haver uma intervenção definitiva para evitar aquele tipo de questão, uma vez que já eram do conhecimento dos serviços há muito tempo.

Uma outra matéria é a questão do Nicola. O Vereador quis reforçar algumas questões já colocadas, nomeadamente reforçar que as condições de trabalho para quem lá está são miseráveis, mas com agravamento, uma vez que como iria haver uma mudança e com um prazo estipulado, não se fez mudança e não se fez nenhuma obra mínima de manutenção durante este tempo e as condições que já eram miseráveis, agravaram-se ainda mais. Reforçou que existe um conjunto de pessoas a trabalhar em condições completamente inaceitáveis. E quanto a este assunto o Vereador fez duas perguntas:

A primeira relativa ao horário das Empresas de Segurança, isto é, questionou se alguém já olhou par as Empresas de Segurança que existem e adaptou às alterações existentes em função dos horários e do número de pessoas? Questionou se isto está a ser feito no Nicola? Há justificação para ter tanto pessoal de Empresas de Segurança, quando se poderia ter pessoal da Câmara a efectuar parte dos horários previstos?

Outra pergunta que colocou é saber se já se está a pagar ao Lidl?

“Uma outra questão que o Vereador referiu teve que ver com a iluminação de Natal. Afirmou que se existir um Plano de Contingência e até recolher obrigatório mais cedo, considera que não se justificará um grande investimento. Porém, reconhece que há empresas que só vivem disto e será necessário pensar nestas empresas e nos postos de trabalho que foram criados em função disto.

Uma outra questão que levantou foi acerca dos estabelecimentos comerciais da Quinta da Lomba em que alguns foram assaltados quatro vezes. Os comerciantes solicitaram algumas medidas por parte da Autarquia relativamente a algumas questões que poderiam ser feitas. O Vereador reforçou a necessidade de haver uma preocupação com as questões relativas à segurança e referiu que iria fazer chegar por email, no que diz respeito à gestão do espaço público, algumas soluções pontuais que lhe parecem relevantes para resolver dois ou três problemas concretos daquela zona.

Quanto às obras na Avenida dos Fuzileiros Navais não percebe qual a necessidade do entulho estar depositado na parte traseira e tão próximo das habitações das pessoas.

Afirmou que hoje passou pelo local, passou pela rotunda e percebe-se para um problema para o qual já tem alertado que é a dimensão da via, que é uma via pequeníssima e em que o objetivo é alargar os passeios. Logo a seguir existe outro problema que é a paragem dos TCB à saída da rotunda, em que quando os autocarros param na paragem irão condicionar o trânsito, já que não existe uma escapatória para a paragem e as vias são muito estreitas. Afirmou que se for um erro de obra, então ainda se consegue retificar.

A **Vereadora Sara Ferreira** iniciou a sua intervenção começando por prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Vereador Bruno Vitorino. Em primeiro lugar no que diz respeito à Escola Básica da Vila Chã, não houve nenhuma reação, houve uma ação prevista e programada que devia ter sido mais cedo, mas não foi agendada e calendarizada, mas situação foi resolvida. Esta situação está reportada nos serviços desde 2013. Infelizmente está a ser resolvida em 2020, como muitas outras situações que acontecem infelizmente nas nossas escolas.

Relativamente à iluminação de Natal, foi decisão do executivo manter a iluminação de Natal nos valores mínimos, ou seja, não houve aumento relativamente ao que tinha sido nos anos anteriores, é aquilo que tem sido, Rua Miguel Bombarda, Av^a Alfredo da Silva, Mercado Municipal e o Edifício dos Paços do Concelho. Aquilo que nós fizemos foi canalizar toda a outra verba que estava adstrita à Pista de Gelo e toda a atividade de cariz solidário que tínhamos no Natal para reforçar o apoio alimentar à população mais desfavorecida e é esse programa que nós estamos a implementar. Não quisemos deixar de implementar o Programa de Iluminação de Natal precisamente pelo que disse porque achamos que dinamiza o comércio tradicional e local e trazer as pessoas para consumir no nosso comércio tradicional e local.

O **Presidente Frederico Rosa** no uso da palavra, informa que tangibilizar em numerário aquilo que a Sr^a. Vereadora disse – A Iluminação de Natal vai ter um custo de 20 mil euros. É mais reduzido que o normal, mas mantendo a presença na lógica que a Sr^a., Vereadora disse. Na parte que estava afeta a outras atividades, uma parte também foi afeta para a compra de material que não estava orçamentado no que diz respeito ao material relacionado com a pandemia e o custo que vamos ter com os Cabazes de Natal que será na ordem de 20 a 30 mil euros. Isto na opção das famílias necessitadas. Era uma opção que estava a ser trabalhada desde outubro.

O **Vereador Rui Braga** no uso da palavra responde, Sr. Vereador nós utilizamos na altura em que estamos, em que o país está a fazer um esforço imenso quer das entidades governamentais e também nós aqui na autarquia para combater isto que está pela nossa frente o melhor que sabemos, vir aqui disser que não nos preparamos. O Governo não se preparou, e o sr. Vereador já tinha alertado em agosto que isto ia subir e que íamos estar todos, e que nós não fazemos

nada, é fácil, mas é de todo injusto. É injusto para nós autarquia que temos direcionado investimento autárquico para o apoio e combate como a Srª Vereadora Sara Ferreira e o Sr. Presidente Frederico Rosa disse, continuar a distribuição de material de proteção junto das instituições. Estamos a ter aquilo que podemos junto das Instituições que nos pareceu que precisam de ajuda mais premente. Ainda hoje no tema da água vamos falar de mais um esforço de 380 mil euros que a autarquia vai colocar em famílias barreirenses, alias no seguimento de uma proposta sua.

Aprovamos um conjunto de medidas de apoio ao comércio local tendo a ver com as taxas no âmbito do combate ao Covid. Portanto é de todo injusto dizer que a autarquia não tem feito nada, nem está preparada para dar resposta dentro do equilíbrio orçamental e as necessidades que vão aparecendo no combate a esta pandemia. Assim como também é injusto dizer que o Governo não se preparou e estamos todos a navegar à vista. É injusto dizer que não houve preparação, porque houve investimento em Recursos Humanos, Equipamentos e estamos a fazer o que podemos, podendo sempre tomar opções políticas diferentes.

Balcão Único Móvel, que gastamos 180 mil euros para termos uma política de mais proximidade, aliás estou muito contente com o feedback do resultado da operação diária do Balcão Único Móvel, efetivamente chegamos a mais pessoas nas freguesias que estão mais longe e comparar o fecho do Mercado 1º de Maio. Quero-lhe dizer que uma coisa não tem a ver com a outra. A opção do Mercado 1º de Maio estar encerrado tem a ver com a gestão do Quadro de Recursos Humanos da Autarquia, em que temos um Quadro muito importante em casa porque são doentes de risco e que a decisão infelizmente não era de fechar o Mercado 1º de Maio. Obviamente a unidade 1º de Maio serve uma população no centro da cidade, se fosse por opção estaria aberta, e está fechada pela gestão de Recursos Humanos, que nos obrigou a fazer opções e optamos por direcionar para o Balcão Único na Avenida do Bocage. O quadro de Recursos Humanos são de dois Recursos Humanos três vezes por semana a prestarem serviço no Balcão Único Móvel em cima de um grande esforço. Temos dado uma resposta satisfatória em tempo de Covid, evitando deslocação da população e levando a Câmara às populações.

Falar da Escola da Vila Chã que está em obra e que a Srª Vereadora já explicou bem. A escola vai ter uma intervenção grande no telhado este verão, isto já foi passado à Associação de Pais e aos Professores. Está em obra no sentido de reparar, meter um penso para que não escorra águas pelas paredes, mas já está adjudicado foi a concurso uma intervenção a realizar no verão. Em relação ao Nicola, não estamos a pagar nada ao Lidl, até porque no Contrato que todos nós aprovamos os pagamentos da Renda estão indexados ao início das obras e ainda não começamos as obras.

O concurso que tem a ver com a adaptação do espaço às nossas oficinas está finalizado, tem o seu início de obra previsto para 4 de janeiro. Temos tido reuniões com o empreiteiro que ganhou o concurso. Está a tratar do aprovisionamento do material para entrar a 4 de janeiro, e terminar a obra. Durante o ano que vem faremos a transferência dos serviços que estão a operar no Nicola. O porquê deste atraso é que durante o último ano houve algumas adaptações que tiveram de ser feitas ao projeto do canto da Proteção Civil. Adaptamos às novas diretrizes que saíram na Lei.

Aquilo que aconteceu relativamente às chuvas também não é novo, é algo que é repetido, nós vamos acudir com os nossos serviços internos para tentar colmatar a queda da água que resultou e os estragos que foram causados. Não vamos fazer obra de fundo pela razão que penso que compreende, porque vamos iniciar obra a 4 de janeiro. Temos os Serviços Operacionais da Câmara a diagnosticar aquilo que foi o resultado das grandes chuvas e os impactos que tiveram nas instalações para que corra tudo dentro da normalidade e que os trabalhadores dentro daquilo que são as condições do Nicola de manterem as condições para trabalhar.

A questão do Sr. Vereador Pedro sobre a área útil de trabalho. Dizer-lhe Sr. Vereador que nós temos a certeza de que a adaptação das novas instalações cumpre o enquadramento legal às áreas de trabalho, tendo em conta todas as especialidades que vão passar a operar nestas novas instalações. Aliás são áreas maiores daquilo que a lei obriga. Desse ponto de vista estou tranquilo com a operação que vai ocorrer nas novas instalações. Obviamente se tivermos num espaço trabalhadores a mais que não possam estar com a devido distanciamento aplicar-se-á aquilo que hoje já temos na Câmara "trabalhar em espelho, colocar divisórias, desfasar os horários de trabalho.

O **Vereador Rui Lopo** iniciou a sua intervenção com um breve comentário à intervenção do Vereador Bruno Vitorino, que referiu e bem, que nós fomos testemunhas e o Vereador também, daquilo que os eleitos da CDU foram dizendo ao longo destes meses do surto pandémico, sobre a tipologia de intervenção da Câmara e dos eleitos com pelouro, da nossa discordância do método etc. Nas várias sugestões que fizemos, mas o Sr. Vereador Bruno Vitorino, disse que fala sozinho, que fala para o boneco, e nós dizemos que fala sozinho e para o boneco porque quer, porque fez um acordo que viabiliza esta gestão autárquica, portanto não pode chegar a um momento e se desmarca da má gestão que suporta. Nós temos visto desde há uns meses, esta reiterada postura de desmarcação. Nós percebemos que faz parte da tática política do momento que se avizinha, mas é corresponsável porque tem viabilizado um sem número de propostas trazidas por esta gestão autárquica, que estão longe de defender, na nossa avaliação e no nosso espírito democrático, que no nosso entender não salvaguarda os interesses da população do Barreiro, não estando alinhados com o que entendemos ser bons desígnios para as nossas

opções. Portanto o apelo que lhe deixamos é que não fale sozinho, não fale para o boneco. Com certeza como nos encontrou, por exemplo, na recusa de ratificar o Protocolo da SUPERA, já passaram quase três anos e no chumbo, porque nos levantamos da sala e o Sr. Vereador Bruno Vitorino também se levantou da sala, ou recusando-nos a votar o Centro de Saúde nos Fidalguinhos, são exemplos em que não falou para o boneco, em que nenhum de nós falou para o boneco, achamos que defendemos os interesses da população do Barreiro.

Nós ficamos a conhecer que a Câmara fez chegar às Coletividades, uma necessidade de preencher um conjunto de informações numa base de Dados. Informações sobre os sócios das coletividades, um conjunto de detalhes que da informação que nos chega, parece que não é regulamentarmente aceitável, ou seja, para a proteção de dados, para o regime que vigora sobre proteção de dados, parece que não é lógico. Tudo isto podia ser aceitável, caso nós não pagássemos a um encarregado de proteção de dados que devia validar estas coisas. Não entendam isto como crítica objetiva, é que se nós temos os recursos, se pagamos os recursos, usemos os recursos para que não nos sujeitemos a cometer irregularidades, para não dizer ilegalidades, porque o é. Portanto, convém salvaguardar no mínimo com um parecer do encarregado de proteção de dados que essa informação quando veiculada para fora dos domínios da autarquia está em condição com o quadro legal. Confio em vós para verificar se o encarregado de proteção de dados valida de facto esta situação.

Sobre a Escola de Jazz, foi feita uma pergunta há quinze dias, ouve uma resposta mas gostávamos de ouvir mais proactivamente informação sobre a escola de Jazz. A Câmara faz parte da Direção da Escola de Jazz, portanto não nos queremos imiscuir da gestão que cada entidade faz do seu funcionamento, mas uma vez que a Câmara faz parte da Direção da Escola de Jazz, gostávamos de ouvir informação sobre os desenvolvimentos da questão que o Sr. Vereador Bruno Vitorino aqui colocou e perceber em ponto está. Só para fazer uma correlação de dados é curioso ouvir, quando é negativo vem de 2013 ou de 2014, quando é positivo já é do nosso tempo. Somos nós que estamos aqui a dizer, que os projetos vem do nosso tempo e que vocês os estão a concretizar. Só para sublinhar o facto de ter chovido na Escola da Vila Chá, choveu na escola no terceiro ano do mandato desta gestão, não choveu na escola em 2017 nem em 2018 e já estamos em 2020 e tal como no Nicola, já podiam ter sido feitos melhoramentos. Não vamos aqui discutir as condições do nosso parque escolar, quer do concelho, quer do país, e o conjunto de remodelações diversas que precisavam e que as autarquias não tem as condições ótimas para o fazer e Vereador Rui Braga não vale a pena vir dizer que é tudo de 2013, não vale a pena, já lá vão com 3 anos do mandato e o que é preciso é resolver o problema. O apoio às famílias necessitadas, que não sejam apenas Cabazes de Natal. O apoio às famílias necessitadas deve acontecer, a situação social agrava-se, já o dissemos várias vezes, já

dizíamos isso em março/abril, que se iria agravar, e mais do que fazer, perdoem a expressão “floreados” de Natal, é preciso dar consistência à política de Apoio Social e ao cuidado que temos de ter com as pessoas. Enfim, já fizemos várias sugestões, essa de olharmos para as obras que é para fazer, recalendarizar, reprogramar, perceber as prioridades nesta altura, e claramente Sr. Vereador Rui Braga, é verdade que a adjudicação que foi há mais tempo, mas 180 mil euros numa auto caravana que faz o atendimento descentralizado num concelho com pouco mais de 30 Km², nós consideramos exagero e fora da prioridade que deveria ser necessária. Aliás, as Juntas de Freguesia estão aí para poder ajudar nesse atendimento de proximidade, as Juntas de Freguesia que têm do ponto de vista físico, recursos de proximidade junto das pessoas mas a prioridade é vossa, 180 mil euros serve para fazer obras em muitas ruas deste concelho.

Nós discutimos à cerca de um mês, uma proposta de parecer que trouxestes sobre o Aeroporto do Montijo, que foi a segunda Proposta de Parecer. É verdade que não tinha o mesmo âmbito. Este é um Parecer que vem na sequência de um pedido do concessionário ANA para que as Câmaras Municipais reconhecessem a possibilidade do Aeroporto, resumidamente que o Aeroporto ali pode acontecer. Mais uma vez, a CDU discutiu, procurou discutir estratégia, procurou discutir um conjunto de aspetos que estão correlacionados com o Aeroporto e infelizmente essa discussão, na nossa opinião, não foi possível fazer aqui, quer pelo tempo, quer pela tipologia do debate, mas foi nesta sede, a segunda vez que a CDU disse, se calhar é melhor pensarmos sobre este Aeroporto e há um mês dissemos que para além de termos de pensar melhor este Aeroporto e que estavam criadas as condições para se pensar melhor sobre o Aeroporto. Aliás dissemos isto nesse parecer, e já o tínhamos dito numa discussão anterior, numa moção sobre os investimentos prioritários dos diferentes tipos de quadros comunitários que se avizinham e que se planeavam estrategicamente. E dissemos nessa altura, quer há um mês atrás no documento do Parecer do Aeroporto que trouxestes, que fruto das situações económicas não só do país mas do mundo e da menor pressão turística e da menor pressão aeroportuária se justificava fazer uma análise, porque nem dizíamos no nosso documento nem sublinhávamos que éramos absolutamente contra, porque era um documento para ser votado por todos, e portanto tivemos a sensibilidade de dizer que temos que trabalhar no sentido de perceber se é mesmo lógico colocar aqui o Aeroporto. Aqui foi logo dito que não fazia sentido nenhum, nós queremos é que o Aeroporto aconteça. Quinze dias depois, um Ministro do Partido Socialista veio usar os mesmos argumentos que a CDU utilizou. O Vereador Bruno Vitorino disse que se sentiu envergonhado por alguns escritos nas Redes Sociais, pois se eu tivesse no vosso lugar, sentia-me envergonhado por ter sido desautorizado por um Ministro do Partido Socialista, o Ministro das Infraestruturas.

A **Vereadora Sara Ferreira** esclareceu que , relativamente ao Programa de Apoio ao Movimento Associativo. O que existe é uma plataforma de ligação à Câmara Municipal e o Movimento Associativo que vai permitir entre outras coisas divulgar toda a atividade que existe no concelho e uma comunicação de uma forma mais incisiva entre todos. A informação que foi solicitada às coletividades para se inscreverem nesta Base de Dados obviamente foi validada pelo DPO antes de ser pedida. E há informação que é voluntária, e há informação que é obrigatória para aceder aos apoios. Ou seja, esta plataforma vai permitir as candidaturas ao Programa de Apoio ao Movimento do Associativismo e para validação destas candidaturas a uma série de documentação obrigatória que tem de ser entregue. Há outra que é facultativa, se a Instituição quiser informar fá-lo-á, se não quiser também não é obrigatório.

Relativamente à Escola de Jazz, o ponto de situação que eu tenho é da passada sexta-feira que tive numa reunião presente com os professores que estão, e neste momento saíram 30 alunos, prevê-se a entrada de 7 alunos no início do próximo mês. Nós temos estado a fazer o acompanhamento que nos é possível, só há uma disciplina que não vai acontecer por falta de alunos. Os alunos saíram todos na disciplina de Violino. À data da passada sexta-feira fica com um total de 67 alunos.

Relativamente ao apoio alimentar, nós temos um programa de apoio alimentar consolidado no município em que a Câmara Municipal presta apoio às situações que não conseguimos canalizar para as outras instituições. Ainda hoje nesta sala estive presente todas as instituições que prestam apoio domiciliário e apoio alimentar no nosso concelho. Temos feito estas reuniões com uma cadência muito pequena para ter exatamente o ponto de situação muito presente do apoio alimentar no nosso concelho, para garantir que não há duplicação e que ninguém fica sem resposta. E felizmente temos conseguido dar resposta e quero dizer que toda a comunidade que interveio socialmente no concelho tem conseguido dar resposta a todas as situações de carência até mesmo em situações que é preciso ir levar refeições às pessoas que tem de estar em isolamento profilático, que tem sido feito com empenho e profissionalismo de todas as Instituições do Concelho e desde já quero deixar aqui o meu reconhecimento e o meu agradecimento.

O **Vereador Bruno Vitorino** esclareceu que o que disse relativamente à Câmara é que não fizeram nada, que se alguém foi totalmente solidário com o Executivo Municipal durante todo este tempo de pandemia, foi ele próprio. O que disse foi que não existe um Plano, mas caso exista, solicitou ao Sr. Vereador que lhe faça chegar o mesmo no dia seguinte. Questionou qual era o Plano? Questionou o que se fará em relação a isto, aquilo, aqueloutro, se houver este cenário como se fará com as Instituições. Assim sendo, o Vereador afirmou que não disse que não fizeram nada, todos apresentaram propostas, a sua proposta sobre a água não foi aceite, foi

uma opção política, mas continua a afirmar que não existe um Plano, quer a nível nacional, quer a nível local para estas questões. Em relação ao Mercado 1.º de Maio, ao Balcão Único, ficou a perceber que havia recursos humanos, mas com doentes de risco e daí não abrir. Porém, já há recursos humanos para o Balcão Móvel. Considerou tratar-se de uma opção errada, sendo do conhecimento de todos que a sua opção seria rentabilizar os Mercados Municipais, isto é, dinamizar esses espaços com um Balcão Único.

Relativamente ao comentário do Sr. Vereador Rui Lopo, o Vereador Bruno Vitorino afirmou que tem resistido às picardias do Vereador em inúmeras sessões de Câmara, as pessoas conhecem a sua postura e a do seu partido antes de cá chegar, sempre mostrou disponibilidade para trabalhar, enquanto todos andavam a brincar uns com os outros na entrega de pelouros. Afirmou que sempre disse que está disponível para trabalhar e fê-lo neste mandato e no anterior também. Se existirem condições para trabalhar, estamos cá para gerir a cidade e quem quebrou essa lógica que existia no Barreiro desde 1980/83 não foi o PSD e sim outros partidos.

O Vereador Bruno Vitorino afirmou que era o que mais faltava dizer estar disponível para viabilizar o orçamento da Câmara e ter que ficar conotado e perder o seu direito de criticar em relação a qualquer questão. Mais uma vez afirmou que não pratica política de terra queimada, não tendo feito com a CDU, também não o fará com o PS, só porque a CDU assim o quer. Está disponível para trabalhar para a cidade e apresentar resultados nas áreas que lhe foram distribuídas e isso fá-lo e está disponível para discutir com o Sr. Vereador e com quem quiser discutir. Referiu que na ótica da CDU ou chumba orçamentos e inviabiliza a gestão do município **ou então está “feito” com eles, já é corresponsável e já não pode fazer uma crítica naquilo que achar que é de criticar.** Lembrou que foi o primeiro a dizer que estava 100% solidário com o Presidente da Câmara nas decisões que ele tomou e disse que a maior parte delas certas e algumas erradas, relativamente à 1.ª fase.

Reforçou que se lá estivesse teria feito o mesmo, mas será o primeiro a criticar quando entende que deve criticar, nomeadamente nas sugestões que fez ao longo dos últimos meses e que não foram sequer atendidas. E não admite ter que se sentir condicionado por uma intervenção do Sr. Vereador da CDU e quer deixar esta questão clara. Esclareceu que também não se aliou como a CDU o fez com o PS para aprovar o IMI em triplo para os prédios devolutos, por exemplo, e depois voltar atrás. Foi aprovado em 2017, em 2018 e a CDU só voltou atrás na segunda decisão de 2018 a aplicar em 2019. Esta é a verdade!

Relembrou que a primeira decisão foi somente em relação aos prédios do Barreiro Velho e como o Sr. Vereador Rui Lopo teve a oportunidade de dizer que vinha do seu tempo, vangloriando-se inclusivamente. Garantiu que foi assim textualmente e que se poderia ir buscar a gravação e

trazê-la na próxima reunião de Câmara. Reforçou que o Sr. Vereador não pode fazer uma coisa e depois dizer outra e não gostar de o ouvir.

Relativamente ao comentário do Sr. Vereador Rui Lopo, o Vereador Bruno Vitorino afirmou que tem resistido às picardias do Vereador em inúmeras sessões de Câmara, as pessoas conhecem a sua postura e a do seu partido antes de cá chegar, sempre mostrou disponibilidade para trabalhar, enquanto todos andavam a brincar uns com os outros na estrega de pelouros. Afirmou que sempre disse que está disponível para trabalhar e fê-lo neste mandato e no anterior também. Se existirem condições para trabalhar, estamos cá para gerir a cidade e quem quebrou essa lógica que existia no Barreiro desde 1980/83 não foi o PSD e sim outros partidos.

O Vereador Bruno Vitorino afirmou que era o que mais faltava dizer estar disponível para viabilizar o orçamento da Câmara e ter que ficar conotado e perder o seu direito de criticar em relação a qualquer questão. Mais uma vez afirmou que não pratica política de terra queimada, não tendo feito com a CDU, também não o fará com o PS, só porque a CDU assim o quer. Está disponível para trabalhar para a cidade e apresentar resultados nas áreas que lhe foram distribuídas e isso fá-lo e está disponível para discutir com o Sr. Vereador e com quem quiser discutir. Referiu que na ótica da CDU ou chumba orçamentos e inviabiliza a gestão do município ou então está “feito” com eles, já é corresponsável e já não pode fazer uma crítica naquilo que achar que é de criticar. Lembrou que foi o primeiro a dizer que estava 100% solidário com o Presidente da Câmara nas decisões que ele tomou e disse que a maior parte delas certas e algumas erradas, relativamente à 1.ª fase.

Reforçou que se lá estivesse teria feito o mesmo, mas será o primeiro a criticar quando entende que deve criticar, nomeadamente nas sugestões que fez ao longo dos últimos meses e que não foram sequer atendidas. E não admite ter que se sentir condicionado por uma intervenção do Sr. Vereador da CDU e quer deixar esta questão clara. Esclareceu que também não se aliou como a CDU o fez com o PS para aprovar o IMI em triplo para os prédios devolutos, por exemplo, e depois voltar atrás. Foi aprovado em 2017, em 2018 e a CDU só voltou atrás na segunda decisão de 2018 a aplicar em 2019. Esta é a verdade!

Relembrou que a primeira decisão foi somente em relação aos prédios do Barreiro Velho e como o Sr. Vereador Rui Lopo teve a oportunidade de dizer que vinha do seu tempo, vangloriando-se inclusivamente. Garantiu que foi assim textualmente e que se poderia ir buscar a gravação e trazê-la na próxima reunião de Câmara. Reforçou que o Sr. Vereador não pode fazer uma coisa e depois dizer outra e não gostar de o ouvir.

Relativamente à questão do amianto das escolas que foi falado, o Vereador afirmou que o valor que está contemplado no Protocolo que foi assinado não é suficiente. E questionou que das duas

uma, ou existirão obras que não se farão ou terá que ser a Câmara a suportar os respetivos custos. Referiu que a CDU viabilizou e que ele próprio votou contra.

Esclareceu também que o Sr. Vereador Rui Lopo deu a entender quanto à questão do Protocolo que foi celebrado com opção de compra Lidl que o sentido de voto do PSD. Afirmou que não tem qualquer problema em viabilizar a gestão de quem ganhou as eleições, tratando-se de uma questão de mais elementar sentido de responsabilidade do ponto de vista político, seja através da abstenção, seja do voto a favor.

Voltou a afirmar que era o que mais faltava só porque a CDU entende que há uma matéria que é contra terá que ter a mesma posição, caso contrário será corresponsabilizado, perdendo o direito à crítica.

O Vereador Bruno Vitorino referiu que na questão da Braamcamp viabilizou, absteve-se e se houve alguém que deu a cara aos munícipes para a discutir as opções foi o próprio, com sessões participadas, com perguntas, com respostas, sem fugir. Afirmou que para o bem e para o mal assume as suas responsabilidades, como sempre o fez e portanto, não se sentirá minimamente inibido nas suas ações, atuações, intervenções, pelas bicadas sucessivas do Sr. Vereador Rui Lopo.

Mais uma vez, o Vereador Bruno Vitorino afirmou que rejeita completamente aquilo que é a política de terra queimada e que tentará, através de contributos positivos, através de trabalhos positivos ou de respostas, melhorar a gestão do município, criticando, naturalmente, sempre que tiver que criticar, sempre sem qualquer tipo de problema de elogiar sempre que considere que deve fazê-lo.

O **Vereador Rui Braga**, no uso da palavra, para não deixar em branco a provocação do Vereador Rui Lopo em relação ao Aeroporto, e dizer que não me sinto nada desautorizado com a declaração do Ministro. Não sei qual foi a sua interpretação. Eu não interpretei que estava a equacionar a localização. Não é responsabilidade da autarquia construir o Aeroporto, nem a decisão. Aquilo que nós mantemos, é a nossa opção. Vemos com entusiasmo a opção de o Aeroporto ser construído no Montijo dado a proximidade do nosso território, é a nossa opinião. Não mudamos de opinião, e tenho também a convicção que o elemento do Governo também não nos desautorizou nem colocou em causa a localização do Aeroporto. É só para dizer que não me sinto envergonhado, nem desautorizado, porque continuo com a mesma opinião de que se vier para o Montijo são boas notícias para a cidade com tudo o que tem de bom e de mau.

O **Vereador Rui Lopo** responde ao Vereador Rui Braga sobre o membro do Governo e o que disse sobre o aeroporto foi que está disponível, foi para que haja uma avaliação ambiental estratégica, como sabe. Vai comparar novamente as localizações e admitindo que aquela não tenha de ser a localização onde o Aeroporto é construído e portanto, foi o que o ministro disse.

Nós jamais procuremos condicionar qualquer intervenção que se faça a partir daqui, nem nenhum eleito, nem da própria CDU nem do PS, e muito menos do Vereador Bruno Vitorino, que já é um homem batido nestas coisas, tem mais de 20 anos de órgão, jamais procuramos condicionar o que quer que seja. Quem ouviu o Vereador Bruno Vitorino, parece que o Vereador estava a criticar objetivamente este executivo autárquico ao qual pertence. Eu acho que parte importante das pessoas em casa, não perceberam que o Vereador Bruno faz parte deste executivo. Os que estão em casa, têm de perceber que o Vereador Bruno Vitorino é um Vereador com Pelouro e trabalha na Câmara Municipal. Isto nem é uma bicada, é objetivamente uma crítica. Se trabalha na Câmara se, se coordena com o Sr. Presidente da Câmara as questões que aqui coloca, em vez de colocar aqui tem de colocar continuamente ao Sr. Presidente da Câmara, e se elas não são resolvidas é corresponsável. Claro que não é corresponsável em absoluto, claro que cada um tem a sua área e concretiza aquilo que é da sua área e muito bem, portanto reconheceu que nas suas áreas não tem de ser tudo bem. Não há soluções perfeitas. Não nos vitimizemos na gestão da qual participamos. O resto é o trabalho político que procuramos fazer, de puxarmos o Vereador Bruno Vitorino para as nossas ideias e propostas, mas as pessoas devem de entender que o Sr. Vereador Bruno Vitorino faz parte da gestão e que fica com o bom e o menos bom. É a vida. Faz parte da vida democrática.

O **Presidente Frederico Rosa** informou que, primeiro daquilo que o Vereador Bruno Vitorino disse em relação ao rácio, fazer um esclarecimento. Acompanhando a preocupação, acompanhando a questão da volatilidade do momento no que diz respeito a casos, dizer que o número de casos ativos não é mesma coisa que aquele rácio que agora tem aparecido, que é o número de casos dos últimos 14 dias por 100 mil habitantes.

Um número não tem de bater um com outro, porque são coisas diferentes.

Segundo, sobre está última questão dizer que independentemente da questão do Aeroporto, a localização, e todo o debate já aqui feito, e que cada um manifestou em momento próprio, dizer que o Presidente de Câmara só se vai sentir desautorizado pelo membro do Governo no dia que não for eleito e passar a ser nomeado. Como eu espero que esse dia não aconteça, e enquanto for eleito, independentemente de quem é o Governo ou de outros órgãos que estão momentaneamente no poder.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -

Deu-se início ao período de intervenção aberto ao público, nos termos do disposto no art.º 49º nº 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo-se verificado duas inscrições:

O **Município Luís Costa Santos** – Então, mais uma vez boa tarde a todos os presentes. Eu venho aqui falar de uma coisa mais uma vez, é a segunda vez que venho intervir na reunião de câmara e é a segunda vez de uma forma negativa, enfim, não é coisa que me agrada, mas eu queria contextualizar aquilo que venho dizer, do ponto de vista filosófico e histórico e já vão perceber porquê. Do ponto de vista filosófico, porque eu acho que a ética deve ser como é defendida por Immanuel Kant ou como era defendida por Immanuel Kant, deve ser deontológica, e portanto, nós devemos agir eticamente por dever. Em segundo lugar, em termos históricos, eu queria contar-vos uma história que se passou aí há uns 17 anos com a minha pessoa e que acho que tem relevância para aquilo que direi a seguir: Há 17 anos atrás eu estava na Câmara Municipal do Barreiro e trabalhava com o Vereador Amílcar Romano, e fui acusado de uma determinada coisa que não vem agora, depois se tiverem interesse terei todo o gosto em esclarecer-vos, mas fui acusado de uma determinada coisa que manifestamente não fiz, não tive responsabilidade por ela e não tive sequer oportunidade, porque quem me acusou, quem arranjou tudo não teve a hombridade de o fazer de forma direta ou pública para que pudesse haver consequências para isso, mas não tive oportunidade de me defender e eu acho que todas as pessoas que sofrem acusações ou que têm de alguma forma sobre elas pendentes alguma dúvida, devem ter a frontalidade das pessoas que acusam ou que têm conhecimento sobre essas coisas, de poderem dizê-las publicamente para que haja um esclarecimento cabal das dúvidas que possam subsistir.

Aqui há uns tempos atrás eu recebi um envelope que tenho aqui comigo, mas isto são cópias para poder também fornecer ao Sr. Presidente, recebi um envelope que continha, não isto, mas isto são como disse isto são cópias e o envelope está ali, e que falava de uma série de pertenças irregularidades, ilegalidades, imoralidades, até, eu diria, que em larga escala imoralidades que pretensamente eram cometidas **por eleitos locais da câmara, das juntas de freguesia, enfim...** E são diversas, e são diversas, e vai desde coisas, eu vou entregar ao Sr. Presidente para que ele possa ler, farei também chegar às autoridades competentes para que investiguem dentro daquilo que é a sua competência, o seu nível de competência e porque tem nomes de pessoas, eu não vou referir nenhum nome, nem vou referir aqui nenhum nome, mas vou falar de algumas coisas e depois se o Sr. Presidente pretender divulgar alguma coisa, enfim, será da responsabilidade do Sr. Presidente, mas vão desde coisas que a serem verdades são imorais, como por exemplo: parece, segundo diz aqui, o envelope foi-me colocado na caixa do correio e diz aqui o seguinte, vamos começar talvez aqui pelo início por coisas mais simples. Diz que a Junta de Freguesia do Barreiro, já vi que estão aqui alguns membros do executivo até da Junta, mas que terá criado um Gabinete de Apoio aos Desempregados ou coisa que o valha, e que para isso contratou uma técnica para o gabinete que leva 500€ por mês para casa, segundo me parece, pelo menos é o

que diz aqui, é o que diz aqui eu não sei se é verdade, isso depois é uma questão de se ver, acho que ganha 700€ a recibos verdes, segundo aqui, levará 500€ por mês para casa, quer dizer que é uma técnica superior precária, não é? Cria-se um gabinete de apoio aos desempregados com um precário, enfim... parece que quem escreveu isto, o senhor ou a senhora, não faço ideia porque não vinha assinado, considera que isto é altamente imoral. Há coisas aqui, e eu estou a começar pelas coisas, depois já percebem melhor, há coisas aqui que não se percebem, enfim, fez-se um contrato para fazer umas perguntas sobre a Quinta do Braamcamp, nem sei qual é, depois soube porque vi os documentos que vêm em apenso, acho que a empresa foi a Aximage e pagaram-se 13.500€ por isso e a Associação de defesa que é contra a construção na Quinta do Braamcamp, ou coisa que o valha, consultou a mesma empresa para o mesmo número de perguntas, o orçamento está aqui junto, com o mesmo técnico, o mesmo tratamento, tudo igual e o orçamento que lhe deram na resposta ao e-mail foi que seria entre 4.500 a 5.000€ o valor, não sei se com IVA, se sem IVA, mas diz lá no mail 4.500, bem, até aqui tudo bem. Depois fizeram-me chegar umas fotografias onde se diz que a Presidente do executivo da Junta de Freguesia, por exemplo, do Barreiro, terá combinado com o Sr. Presidente da Câmara e com um Senhor que trabalha nas filmagens que é referido como o "Sr. Tal das filmagens" que ele ganharia 2.200€ por mês a recibos verdes e que todos os meses entregaria 300€ à Sr.^a Presidente da Junta desse dinheiro, porque ela vinha ganhar menos para cá do que aquilo que ganhava no Montijo, e depois estão aqui parece prints creen, ou não sei o quê, de um telemóvel que parecem pelo menos indiciar isso de acordo com aquilo que diz aqui. Também diz aqui que a Sr.^a Presidente da Junta de St. António, que aliás, eu quero fazer uma ressalva, é pessoa que eu muito estimo e que tentei contactar três vezes nos últimos dias mas ou mudou de telemóvel, mas não consegui falar com a Senhora, a Sr.^a Presidente da Junta de St. António, também terá recebido estes documentos e diz, e diz aqui assim: Foi à Câmara aos gritos com o Presidente e o Presidente arranjou maneira dela ficar só na Junta a ganhar o dinheiro todo e por isso ficou calada e diz outras coisas do género. Diz coisas aqui sobre muita gente, até algumas pessoas que estão aqui presentes. Eu acho que devo dar a oportunidade, porque obviamente, não sei qual é o entendimento mas acho que quem recebe uma coisa destas deve... mas eu podia ter agarrado nisto e podia ter ido logo na altura entregar isto às entidades competentes mas eu já sofri com injustiças e eu daquilo que conheço, as pessoas em questão, quando me falaram em determinadas coisas destas porque nós somos do Barreiro e ouvimos as coisas, eu disse que não acreditava, e podem falar com as pessoas, porque eu sei que falaram, algumas também falaram com as pessoas, eu disse que não acreditava e disse inclusive uma coisa, houve uma pessoa que recebeu o mesmo que eu, que falou comigo e que perguntou qual era a minha opinião, mas que não vinha suportado documentalmente, só vinha a explicação coiso, e eu disse:

Quem te mandou isso que vá lá e que diga. Porque querem que te vás meter à frente dos cornos do touro sem teres nenhum suporte documental nem nada. A mim vieram documentos apensos. Valem o que valem, mas vieram documentos apensos. Eu vou entregar ao Sr. Presidente, não sei se isto tem resposta em ponto de vista até porque não sei se terá que analisar, o que é que quererá fazer com isto e vou entregar ao Sr. Presidente e relativamente a isto acabei.

Queria só dizer uma coisa, quando me inscrevi, como devem de imaginar, eu não sabia e ainda não sei bem, porque passou-se às três da tarde do dia de hoje e não tem a ver com o assunto da inscrição, tem a ver mais uma vez com o sitio onde eu resido, que hoje inclusive durante as obras...**eu queria qualificar as obras mas acho que as obras que estão a decorrer ali são inqualificáveis**, aliás o Vereador Bruno Vitorino teve a oportunidade de escrever um dia destes uma crónica, julgo eu num jornal online, onde dizia que estava tudo ao contrário, eu não consigo qualificar porque eu acho que são mesmo inqualificáveis aquelas obras e hoje rebentaram com uma conduta, com tubos ou gás, ou não sei quê, as pessoas ficaram sem gás, tiveram que, pediram para fechar as janelas, para não sei o quê, não sei que mais, quer dizer, parece que havia algum perigo, estava um senhor, não sei, Humberto, sabes alguma coisa? Porque o Humberto reside ao pé de mim, mas parece que estava um senhor a avisar para terem cuidado e para não circularem, não sei o quê, à entrada da urbanização, aquilo já é tudo, aquilo já é...**aquilo parece uma realidade paralela**, aquilo já nem é uma coisa que tenha explicação, é uma coisa metafísica, já não é do campo sensorial, já é uma coisa que nos ultrapassa. E basicamente é isto e queria, se fosse possível, não sei se há algum procedimento, ainda por cima agora por causa do Covid, mas queria lhe fazer chegar estas, estes documentos que são folhas, mas eu tenho os originais que fui eu que tirei, tomei a liberdade de tirar fotocópias porque os originais serão...

O Município Humberto Faísca – faz amanhã 15 dias que o Sr. Presidente e o Vereador Pintassilgo estiveram em Sete Portais a falar com os moradores, e entre conversas, discussões e afins, houve o compromisso do Sr. Presidente da Câmara de dentro do prazo de 2 anos voltarmos a rever a situação da Vala. Foi publico, Frederico, o compromisso pelo menos foi à frente de pelo menos 35 pessoas, dou a palavra que daqui a 2 anos iremos rever, se houver problemas, se for preciso rever. Mantendo o que disse no local aos moradores, a minha pergunta é: mantendo, como é que se vai então tornar correto ou legal esse compromisso entre a autarquia e moradores, visto que o compromisso é para daqui a 2 anos e vai haver eleições e não se sabe quem é que será o Presidente?

O Presidente Frederico Rosa – Em resposta aos munícipes, sobre as duas questões aqui levantadas.

Sobre o que o Luís Carlos vem aqui dizer, obviamente estamos na época do diz que disse, isto é sempre de graça. Sobre a questão da ética não podia concordar mais consigo, aliás como teve a oportunidade de telefonar ao meu chefe de gabinete e dizer “ou a vala acabava ou levava as coisas à Polícia Judiciária” e aquilo que eu disse foi “é ir já e se for preciso eu dou boleia”. As questões não se colocam, a ética não se coloca numa balança de troca. Se é, eu acho que deve fazer aquilo que disse aqui. É ir já, apresentar e fazer queixa, obviamente porque aquilo que relatou e o diz que disse. Eu, pelo que diz que disse, pelo que me dizem estou cheio de coisas, o Vereador Rui Braga também, a Vereadora Sara, toca um bocadinho a todos, é o que é. Sabemos que está a entrar no ano eleitoral, vai haver isto, vai haver mais, vai haver as denúncias anónimas é o que é. Infelizmente a Srª Presidente de Junta não pode estar cá para se defender daquilo que foi colocado. Não dizendo nomes, identificado quem são obviamente, para mim eu estou aqui e dou a cara, a Srª Presidente de Junta não o pode fazer, mas com certeza vai ter também oportunidade de o fazer e defender-se, e espero mesmo que faça queixa nos órgãos próprios. Sem subterfúgios de forma direta porque estas coisas são aí que têm de ser tratadas, apesar de que haja quem queira judicializar a política. Mas nós percebemos é um ano de eleições, mas nós cá estaremos a dar a cara por tudo. Há uma coisa que pode ter a certeza como certamente percebeu, ameaças aqui não resultam.

Sobre a questão que o **Humberto** disse, eu acho que está a fazer aqui confusão. A solução técnica que está a ser aplicada para nós é a solução indicada. E aquilo que foi dito, quer pelo Sr. Vereador João Pintassilgo quer por mim, e por outros elementos presentes é que certamente acreditando que esta é a melhor solução para aquele espaço. É a melhor solução para as águas pluviais e para todo o projeto que está ali. Obviamente que se no futuro houver problemas não haverá ninguém que não arranje melhor solução. Agora estamos convencidos e foi isso que eu disse. Eu também sei que havia pessoas que estavam à espera de eu fosse dizer aquilo que queriam ouvir. Mas não sou capaz de fazer. Como não sou capaz de fazer, disse aquilo, aliás foi o comprometimento de irmos lá com os técnicos, demonstrar que aquela solução para nós é a solução indicada para aquele lugar. Foi isso que eu disse lá, sendo popular ou não, não é isto que estamos a falar, é uma questão de coerência e de honestidade com aquilo que quem toma decisões, toma decisões baseadas em muitos pareceres técnicos com indicações daquilo que se deve fazer, tem de as tomar. É nossa opinião, é que aquela solução é a melhor solução para aquele espaço nos mais diversos níveis de intervenção como dissemos. Como teve oportunidade de ver na visita que fizemos, aquilo que dissemos foi exatamente isso. Não dissemos aquilo que muitas vezes as pessoas querem que nós vamos dizer. O que as pessoas querem ouvir é dar uma esperança e depois não fazer nada. Dissemos aquilo que é a nossa solução. A solução global para aquele espaço e aquela solução específica, aliás teve a ocasião como sabe de ter ali

várias pessoas, pessoas que também moram na vizinhança que curiosamente trabalham nesta área e estiveram presentes e deram o seu contributo normal e alinhado com os outros técnicos que pensaram no projeto.

O **Vereador Rui Lopo** pede um ponto de ordem à mesa. Nós temos aqui um episódio que tem subjacente alguma gravidade. Foram entregues documentos na mesa que coloco à consideração do Sr. Presidente dar sob efeito de reserva às diferentes forças políticas para tomarmos conhecimento, uma vez que foram proferidas algumas acusações que têm alguma dimensão. Só uma nota. Acho que é absolutamente indispensável, exatamente para fugir ao conceito que está subjacente, ou pode estar em parte subjacente à judicialização da política, que é: nós não podemos, não devemos, porque estamos em ano eleitoral ou fora dele, sublinhar o fato, para com isso criarmos o anátema que as pessoas não exponham aquilo que tenham de expor. Seja quem for, pode e deve expor, em que momento for, em que mandato for, mas estou de acordo nas instâncias e nas sedes que devem ser. Esta também pode ser uma sede mas isso cabe a cada um. O fato de estarmos num ano que pode vir a haver eleições não pode ser argumento nem motivo para que as pessoas não possam expor ou denunciar as situações que tem de fazer.

O **Presidente Frederico Rosa** em resposta ao Sr Vereador, só não lhe consigo fazer chegar o processo porque não faço a mínima ideia dos documentos que são. Há uma coisa que não tenho dúvidas, é que qualquer que seja este tipo de documentos a sede não é a própria. Quando se traz para uma reunião de Câmara, na minha avaliação não se está a querer fazer mais nada se não politizar o tema. Faço minhas as suas palavras. Este tipo de questão tem sede própria. No meu entendimento quando se traz para aqui, e quando se faz uma série de acusações dirigidas ao Presidente de Câmara e à Presidente da Junta de Freguesia do Barreiro Lavradio, quando se traz questões judiciais do diz que disse para uma sede da Câmara, não se está a fazer outra coisa que não seja política. Faço questão de entregar todos os documentos em sede própria.

O **Vereador Bruno Vitorino**, relativamente ao mesmo assunto das duas uma. Ou os documentos são considerados públicos e são anexados à ata porque foram entregues por um munícipe numa Sessão de Câmara e todos são de acesso público. Eu não quero ter nenhum acesso privilegiado a nenhuma informação que ninguém pôs na minha caixa de correio, porque não quiseram que eu soubesse que sendo verdade, naturalmente ou sendo mentira, não quero fazer nenhum juízo de valor. Já foi alvo de muitas do diz que disse de muitas calúnias e ofensas na forma. Das duas uma, ou os documentos são oficiais e são anexos à ata e são públicos, ou então serem distribuídos pelos partidos, eu não quero ter acesso nenhum.

O **Presidente Frederico Rosa**, a distribuição dos documentos não tem a ver com o procedimento de uma reunião, mas sim de partilha.

- ORDEM DO DIA -

- 1. Revisão do Plano Diretor Municipal do Barreiro – Aprovação do documento “Estratégia para o Desenvolvimento – Barreiro XXI”, a submeter à discussão com a população e entidades.**

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 4 abstenções da CDU, 4 votos a favor do PS, e 1 abstenção do PSD, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 471/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo B”**.

- 2. Atribuição de subsídio à Comissão de Moradores do Alto do Seixalinho do Bairro 3**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 472/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo C”**.

- 3. Projeto de Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público – Início do procedimento – Constituição de interessados.**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 473/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo D”**.

- 4. Processo 910/19 – Pagamento de Indemnização**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 474/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo E”**.

- 5. Taxa de IMI a aplicar no ano de 2020 e a cobrar em 2021, e isenções relativamente a outros tributos próprios – Procº. GU/2020/7 com cópia para PMRAU/72/3**

Proposta retirada encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo F”**.

Os Vereadores da CDU apresentaram verbalmente, uma proposta de Taxa do IMI a aplicar no ano de 2020 e a cobrar em 2021, de 0.37% para todos os prédios urbanos, nos termos do CIMI, solicitando a sua discussão e votação. Tendo a proposta da CDU sido admitida à discussão da reunião, esta não foi votada, por existirem duas propostas sobre o mesmo assunto e sobre o mesmo assunto não poderá existir duas deliberações. Foi decidido por todos os eleitos presentes na reunião, que a proposta do IMI que se encontra na Ordem de Trabalhos fosse retirada e reagendada para a reunião seguinte. Foi decidido igualmente que na próxima reunião, a proposta que está na OT e a proposta apresentada verbalmente pela CDU que posteriormente

será colocada por escrito, fosse também votada na reunião próxima, sendo que não serão objeto de discussão na reunião seguinte, mas apenas e só para votação, tendo em atenção que já foi feita a discussão na presente reunião. Os Vereadores da CDU ficaram de apresentar a proposta por escrito.

6. Empreitada de “Parque Recreativo da Cidade – Fase 2” Ratificação do despacho nº 612/2020, relativo à aprovação da prorrogação graciosa do prazo de execução da obra.

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 475/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo G”**.

7. Protocolo de cooperação para mobilidade elétrica

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 4 votos contra da CDU, 4 votos a favor do PS, e 1 voto a favor do PSD, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 476/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo H”**.

Foi apresentada **uma Declaração de Voto dos Vereadores CDU**: *“ os eleitos da CDU votaram contra esta proposta, sendo incentivadores de todas as políticas de mobilidade elétrica e sustentável, mas porque esta proposta não defende a concorrência entre empresas que deviam e podiam estar em pé de igualdade, opta apenas por uma entidade, a primeira que chegou em termos de proposta. O município não tira partido de um processo concorrencial que tipicamente só trás mais valias ao município e à população, e sobretudo, o quadro legal que é evocado até no parecer jurídico nada versa sobre questões de concurso publico, baseia-se apenas e só nas questões da mobilidade eletrifica, e portanto, quando estamos a falar do maior ativo municipal que é o domínio público, as nossas ruas, os nossos passeios, os nossos lugares de estacionamento, aquilo que é usado por todos nós e que pode e deve ser potenciado, numa lógica de boas praticas, cremos que o município não está a tirar partido dessa gestão e bem pelo contrário, está a ter uma prática que consideramos ter aspetos ilegais em curso”*.

8. Adesão ao tarifário social dos serviços de águas, saneamento e resíduos e fixação da tarifa social

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 4 abstenções da CDU, 4 votos a favor do PS, e 1 voto a favor do PSD, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 477/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo I”**.

9. Início do Procedimento – Constituição de Interessados – Alteração ao Regulamento do Tarifário dos Serviços de Águas, Saneamento e Resíduos do Município do Barreiro

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 4 abstenções da CDU, 4 votos a favor do PS, e 1 voto a favor do PSD, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 478/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **"Anexo J"**.

10. Tarifário 2021 dos Serviços de Águas e Saneamento

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 4 abstenções da CDU, 4 votos a favor do PS, e 1 abstenção do PSD, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 479/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **"Anexo K"**.

O Vereador Pedro Estrela em nome dos **Vereadores da CDU** fez verbalmente uma declaração de voto, ficando posteriormente, de entregar **por escrito, uma declaração de voto comum, referente ao conjunto dos três pontos 8, 9 e 10 que se anexa à presente ata fazendo parte integrante da mesma como "Anexo L"**.

"Nós vereadores da CDU entendemos abstermo-nos nesta votação, não obstaculizando assim a intenção, de nesta fase complexa do ponto de vista social, permitir não só uma adesão de novos sectores a este tarifário social, mas também uma atribuição automática do próprio tarifário social, promovendo uma maior celeridade na atribuição desta tarifa especial, contudo, a nossa opção pela abstenção, consubstancia-se não só tendo em conta os automatismos da atribuição do tarifário, mas também tendo em conta as diversas preocupações sobre a repercussão negativa junto do conjunto de atuais utilizadores e famílias, nomeadamente: relativamente aos critérios de atribuição, puderem ser excluídos vários utilizadores pela eliminação do critério de as famílias não possuírem rendimentos superiores a uma vez e meia salário mínimo nacional, ou, o valor de meia vez o salário mínimo nacional per capita que seria mais abrangente, que também os atuais propostos cinco mil e oitocentos e oito euros por ano, mais cinquenta por cento cada dependente sem rendimentos. Quanto à estrutura tarifária, ela poder resultar em aumentos de custos para as famílias, por via da eliminação da atual extensão do primeiro escalão até aos primeiros 15 metros cúbicos na tarifa variável, e redução de cinquenta por cento na tarifa fixa, em detrimento de uma isenção da tarifa fixa, e redução de cinquenta por cento nos primeiros apenas 10 metros cúbicos. Foi ainda tida em consideração, o facto de tal como refere a própria legislação, o município poder estabelecer mediante deliberação da Câmara e da Assembleia outros critérios referencia, desde que não sejam restritivos face aquilo que a legislação preconiza. Haveria assim espaço, em nosso entendimento, para o município poder

aderir a este novo tarifário social, sem prejudicar as medidas já hoje existentes e documentadas e implementadas, alargando ainda mais o leque de utilizadores elegíveis”.

11. Regulamento Municipal de Parques e Jardins

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 480/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo L”**.

12. Atribuição do nome “Auditório Manuel Cabanas” ao auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 481/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo M”**.

13. Alteração de Escritura de Cedência do Direito de Superfície em Santo António da Charneca – Centro Social de Santo António

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 482/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo N”**.

14. Parecer sobre a criação de Equipamentos Sociais na área dos idosos, no âmbito do Aviso de Candidatura ao Programa de alargamento da Rede de Equipamentos Sociais 3.0 (PARES 3.0)

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 483/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo O”**.

15. Atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia do Barreiro e à S.D.U.B. “Os Franceses”, para apoio ao funcionamento das respetivas respostas de Cantina Social

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 484/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo P”**.

16. Projeto de Regulamento de Ação Social Escolar do Município do Barreiro

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 485/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo Q”**.

17. Utilização das Instalações Desportivas Municipais durante o surto de COVID-19 – Aprovação de minuta de Protocolo

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 486/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo R**”.

18. Programa de Apoio ao Associativismo – Candidaturas aos Apoios Anuais e Plurianuais – adiamento de prazo de entrega

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 487/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo S**”.

19. Alteração ao traçado da variante à EN 11-2 (estudo Prévio)

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 488/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo T**”.

20. Auto de arrematação – Hasta pública para a concessão e exploração de três quiosques na zona Polis – Adjudicação definitiva

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 489/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo U**”.

21. Alteração ao Alvará de Loteamento nº 3/2013, da AUGI nº 19.1 – Coima – Junção dos Lotes 17 – 18 – LT/933/2003

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 490/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo V**”.

22. Proposta de cessação da atividade do lugar nº 3.5 do Mercado de Levante – Processo nº 497/VA

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 491/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo W**”.

23. Isenção de IMI e dedução em sede de IRS ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais para a fração sita no prédio da Praceta da Quinta Grande, nº 5 3º Esqº - Alto Seixalinho UFASSAV – Procº. RB/2019/64

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 492/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo X**”.

24. Saudação Luso Futebol Clube – Campeão Nacional de Yole Y 4X + Juvenis Femininos

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 493/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo Y**”

- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO E APROVAÇÃO DA ATA-

Os textos das deliberações (propostas) foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação nº 3/2018 tomada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 12/01/2018, tendo para o efeito sido assinadas pelo Sr. Presidente da Câmara e por quem as lavrou.

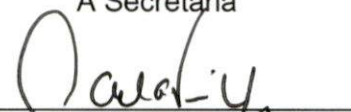
Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a presente reunião, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada por **UNANIMIDADE** na reunião de 17 de março de 2021, vai por mim ser assinada, Carla Filipe, Chefe da Divisão Jurídica e de Administração Geral, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Frederico Rosa.

O Presidente



(Frederico Rosa)

A Secretária



(Dr.^a Carla Filipe)